AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quarta Sessão Ordinária
21-28 de Janeiro de 2014
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/802(XXIV)iv
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL DO CRP MAIO A DEZEMBRO DE 2013

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL DO CRP MAIO A DEZEMBRO DE 2013

INTRODUÇÃO

1. Durante o período em análise, o Subcomité de Cooperação Multilateral do CRP, presidido por S.E o Sr. Ahmat Awad Sakine, Embaixador da República do Chade, realizou várias reuniões que foram dedicadas principalmente à preparação da 5ª Cimeira da TICAD, a 3ª Cimeira África – Árabe e a 2ª Cimeira África – Turquia.

2. O Subcomité, em colaboração com o Comité de Acompanhamento do Diálogo África - UE, também participou na preparação da Cimeira África – UE que terá lugar em Bruxelas, em Abril de 2014.

3. O Subcomité também analisou questões relacionadas com a Parceria África – América do Sul, o Fórum sobre a Cooperação África - China (FOCAC), o Fórum África – Coreia do Sul e a Parceria África – Índia.

A. 5ª Cimeira sobre a Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD)

4. A 5ª Cimeira sobre TICAD teve lugar em Yokohama, Japão, de 1 a 3 de Junho de 2013. O Subcomité de Cooperação Multilateral desempenhou um papel preponderante na preparação da Cimeira, cujo tema foi "*Desenvolvimento Inclusivo e Dinâmico em África*". Os resultados principais da Cimeira foram a adopção da Declaração da TICAD V e o Plano de Acção de Yokohama para os próximos cinco anos (2013-2018). Uma Matriz de Implementação consta como anexo ao Plano de Acção para ser preenchida pelos Co-organizadores da TICAD, de acordo com os critérios acordados. Um destes critérios é que as actividades que devem constar no Plano de Acção devem ser limitadas às actividades que têm um impacto continental ou regional.

5. Durante a reunião ministerial da TICAD V que será realizada em Maio de 2014 nos Camarões, será concluído o Plano de Acção para efeitos de implementação. A NEPAD será inteiramente envolvida no processo da sua implementação.

6. Nestes termos, recomenda-se que:

- A Declaração de Yokohama e o Plano de Acção da TICAD V sejam adoptados pela 5ª Cimeira da TICAD e endossada pelos Órgãos Executivos da União Africana;

- A implementação do Plano de Acção seja devidamente acompanhado, em colaboração com os Co-organizadores, o CRP e outras partes interessadas; e
- A preparação necessária da próxima reunião ministerial que terá lugar nos Camarões deve ser levada a cabo em colaboração com o País de Acolhimento.

B. Parceria África - Árabe

7. A 3ª Cimeira África – Árabe foi realizada na Cidade de Kuwait, Estado do Kuwait, de 19 a 20 de Novembro de 2013, sob o Tema "*Parceiros em Desenvolvimento e Investimento*". A Cimeira foi precedida pelas Reuniões de Altos Funcionários e do Conselho de Ministros Conjunto dos Negócios Estrangeiros de África – Árabe, realizadas no Kuwait, de 14 a 15 de Novembro de 2013 e 17 de Novembro de 2013, respectivamente. Como parte do processo de preparação desta importante Cimeira, foram convocadas quatro reuniões do Comité de Coordenação das Parcerias África – Árabe, três reuniões Consultivas Inter-secretariado e duas reuniões da Equipa Conjunta de Redacção em Adis Abeba, Cairo e Kuwait, entre Outubro de 2012 e Novembro de 2013. O Subcomité deu a devida orientação política destas reuniões, o que garantiu a organização bem-sucedida da Cimeira.

8. A 3ª Cimeira África - Árabe monitorizou a implementação da Estratégia da Parceria África – Árabe e o Plano de Acção Conjunto para o período 2011-2016 adoptados pela 2ª Cimeira África – Árabe, realizada na Líbia, em Outubro de 2010 através do Relatório Conjunto de Actividades da Presidente da Comissão da União Africana e o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, que abrangeu o período de Outubro de 2010 a Outubro de 2013 e discutiu o rumo a seguir.

9. Contrariamente às anteriores duas cimeiras, a 3ª Cimeira centrou-se mais em questões concretas e práticas que iriam trazer resultados significativos. Neste sentido, explorou formas e meios de expandir a cooperação entre as duas partes nas áreas de Migração, Comércio e Investimento. Concordou, igualmente, em criar um Mecanismo Conjunto de Financiamento África – Árabe para financiar projectos e programas conjuntos e solicitou à Comissão da União Africana e o Secretariado-geral da Liga dos Estados Árabes para definirem as questões específicas.

10. Também endossou as actividades propostas para reforçar a capacidade institucional visando a implementação do Plano de Acção Conjunto África - Árabe referente ao período 2011-2016. As actividades centraram-se na disseminação da

Estratégia da Parceria África - Árabe; integração do Plano de Acção Conjunto África - Árabe; melhoria do papel e participação dos sectores privados africano e árabe e da sociedade civil no processo de parceria e reforço dos mecanismos conjuntos específicos para a devida implementação do Plano. A implementação destas actividades está prevista para o período entre 2014 e 2016.

11. No fim da sua deliberação, a Cimeira endossou oito Resoluções, a Declaração de Kuwait e o Comunicado sobre a Palestina. As Resoluções centraram-se no Relatório Conjunto de Actividades da Presidente da Comissão da União Africana e o Secretariado-geral da Liga dos Estados Árabes e as Acções Propostas para o Reforço da Capacidade Institucional para a Implementação do Plano de Acção Conjunto África - Árabe 2011-2016, Racionalização para a Implementação e Mecanismos de Acompanhamento da Parceria África - Árabe; a 2ª Reunião Ministerial Conjunta África - Árabe sobre o Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar, Riyadh, Arábia Saudita, no dia 2 de Outubro de 2013; Reforço da Parceria África - Árabe sobre a Migração; Instituto Cultural África - Árabe (AACI); estabelecimento de um Mecanismo Conjunto de Coordenação de Financiamento África - Árabe; o Fórum Económico África – Árabe e a Data e o Local de realização da 4ª Cimeira África - Árabe. A Declaração resumiu as posições comuns das duas partes sobre as principais questões de política, paz e segurança, comércio, economia, assuntos sociais e culturais de importância regional e mundial, enquanto o Comunicado sobre a Palestina reafirmou o apoio total dos países africanos e árabes para a luta do povo palestiniano.

12. Em relação ao local da 4ª Cimeira África – Árabe, o Subcomité tomou nota de que a Guiné Equatorial ofereceu-se para acolher a Cimeira em 2016.

13. Em relação ao supra-citado, recomenda-se que:

- A Declaração de Kuwait e as oito Resoluções adoptadas pela 3ª Cimeira África - Árabe sejam endossadas;
- Sejam realizadas consultas para decidir sobre o país de acolhimento da 4ª Cimeira África – Árabe; e
- As duas partes tomem passos para a implementação de projectos concretos com base nos resultados da Cimeira.

C. Parceria África - Turquia

14. O Subcomité também realizou várias reuniões onde discutiu a preparação da 2ª Cimeira África – Turquia, que devia ter tido lugar na Guiné Equatorial em Outubro de

2013. Infelizmente, esta Cimeira não foi realizada conforme estava previsto. Subsequentemente, a Comissão da União Africana, a pedido do CRP, apresentou um Relatório sobre o Ponto de Situação ao Subcomité, o qual constatou, entrou outros aspectos, que os projectos acordados no actual Plano de Acção adoptado durante a Primeira Cimeira África – Turquia em 2008, ainda não haviam sido implementados até à data. Recorde-se que a parte africana submeteu à parte turca, seis projectos relativos aos dezasseis pilares acordados e contidos no Plano de Acção.

15. Para preparar de forma eficaz a próxima Cimeira, o Subcomité solicitou que a Comissão da União Africana, em colaboração com a parte Turca, convocasse uma Reunião de Altos Funcionários para em conjunto chegar a um acordo sobre o Roteiro para a Cimeira que terá lugar em 2014.

16. Neste contexto, o Subcomité recomenda que a Cimeira deve ser realizada em Novembro de 2014.

D. Parceria África - América do Sul (ASA)

17. No seguimento da 3ª Cimeira África - América do Sul que teve lugar em Malabo, Guiné Equatorial, em Fevereiro de 2013, foi convocada uma reunião em Caracas, Venezuela pela parte da América do Sul, em Junho de 2013, a qual foi seguida de consultas à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Setembro de 2013. Contudo, estas reuniões não envolveram a parte africana que está representada pelo CRP, que possui uma função de coordenação para as Parcerias Estratégicas de África. Portanto, a parte africana concordou que estas duas reuniões, bem como os seus resultados seriam declarados nulos e sem efeito.

18. Importa recordar que a Nigéria, na qualidade de Coordenadora da parte africana, envidou todos os seus esforços para trabalhar em estreita colaboração com a parte da América do Sul e manteve o Subcomité informado através de Notas Verbais. Contudo, surgiram dificuldades relacionadas com a falta de uma posição unificada por parte da América do Sul.

19. Saliente-se que a reunião do grupo de trabalho *ad hoc* criado pela 3ª Cimeira da ASA, a qual foi atribuída a tarefa de elaborar o mecanismo de financiamento da ASA dentro de seis (9) meses, ainda não cumpriu com o seu mandato até à data.

20. Neste contexto, o Subcomité recomenda que as duas partes devem:

- Concluir as consultas com vista a criar um Mecanismo Conjunto de Financiamento da ASA e um Fundo para a implementação de projectos acordados;
- Implementar projectos concretos que iriam beneficiar ambas as partes; e
- Acordar sobre as modalidades de funcionamento do Comité Presidencial Estratégico da ASA.

E. Parceria África - UE

21. Recorde-se que a XXIII Sessão do Conselho Executivo realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 19 a 23 de Maio de 2013, apelou à Comissão da UA, ao Comité de Acompanhamento do Diálogo África – UE e ao Subcomité de Cooperação Multilateral do CRP para acelerarem os preparativos da 4ª Cimeira África - UE agendada para Bruxelas, Bélgica, em Abril de 2014. (Vide EX.CL/Dec.770(XXIII))

22. Apesar da Decisão acima referida, o Subcomité começou recentemente a envolver-se no Diálogo África - UE após duas reuniões que teve com o Comité de Acompanhamento, em Dezembro de 2013.

23. Nestas duas reuniões, foi revisto o documento sobre a Posição Africana relativa à Reestruturação do Diálogo África – UE elaborado em Zanzibar, Tanzânia, em Junho de 2013 e foi apresentado ao CRP um documento sobre a posição comum para análise e adopção.

24. O CRP endossou o tema proposto “Investir em Prol da Prosperidade e Paz dos Povos” e também concordou que a Cimeira seja realizada de 1 a 3 de Abril de 2014, em Bruxelas, Bélgica. O CRP solicitou ainda ao Subcomité e ao Comité de Acompanhamento para analisarem minuciosamente os outros aspectos do documento relativo à posição, incluindo as áreas prioritárias, os acordos Institucionais / de Arquitectura, os Mecanismos de Financiamento de JAES e todos os outros assuntos relativos à preparação da Cimeira e submeter novamente o documento para a sua adopção. Portanto, o projecto revisto e final (rev.4) do documento sobre a posição será apresentado ao CRP.

25. Recomenda-se que a composição do Comité de 2010 de Diálogo África – UE seja mantida, para representar o continente no Comité Director Conjunto África – UE, com vista a acelerar a preparação da 4ª Cimeira África - UE. Contudo, concordou-se ainda que esta composição seja dissolvida após a 4ª Cimeira África - UE, e que uma nova composição baseada na Representatividade Regional e de rotação seja criada.

26. O Subcomité recomenda ainda o seguinte:

- Endossar o documento sobre a posição revista (ver. 4) e

- Apelar à Comissão da União Africana, em colaboração com o Subcomité de Cooperação Multilateral do CRP e o Comité de Acompanhamento, para acelerarem a acção relativa à preparação da Cimeira, incluindo a conclusão dos documentos de trabalho e os resultados.

F. Fórum África - China

27. Em relação à Parceria África - China, o Subcomité de Cooperação Multilateral do CRP não se levou a cabo nenhuma actividade significativa durante o período em análise. Contudo, importa recordar que o Embaixador da África do Sul, na sua capacidade de Co-presidente do FOCAC apresentou um relatório ao Subcomité durante a 10ª Reunião de Altos Funcionários realizada em Pequim, China, em Agosto de 2013, no âmbito do Mecanismo de Acompanhamento do FOCAC, o que levará à realização da 6ª Conferência Ministerial do FOCAC na África do Sul em 2015.

28. O Subcomité recomenda que:

- A Comissão da União Africana, em colaboração com o país de acolhimento, a República da África do Sul, deve levar a cabo acções de preparação logística e material necessárias para a 11ª Reunião de Altos Funcionários do FOCAC, no segundo semestre de 2014.

G. Fórum África – Coreia do Sul

29. A pedido da parte Coreana, a Comissão da União Africana apresentou os projectos nas áreas de Paz e Segurança, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia e Economia Rural e Agricultura, para efeitos de financiamento. Consequentemente, a Comissão da União Africana assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com o Governo da Coreia, no dia 30 de Dezembro de 2013, para o financiamento destes projectos orçados em 500,000 $EU. A implementação dos projectos iniciará logo que os fundos forem desembolsados pela parte Coreana.

30. A Coreia também prometeu melhorar o seu envolvimento na implementação de programas da UA durante o ano de 2014

31. Neste contexto, recomenda-se que:

- A matriz de implementação do Plano de Acção Conjunto África - Coreia seja elaborada pela Comissão da União Africana, em colaboração com o Subcomité de Cooperação Multilateral do CRP e a parte Coreana, antes de 31 de Março de 2014; e
- Uma Reunião Conjunta de Peritos seja convocada durante o primeiro semestre de 2014 a fim de concluir a matriz de implementação.

H. Parceria África - Índia

32. Em relação à Parceria África - Índia e no âmbito da Decisão EX.CL/Dec.770 (XXIII) (i), a principal actividade realizada durante o período em análise foi a assinatura do Plano de Acção do Quadro de Cooperação Reforçada para o período 2011-2014, adoptado durante o Segundo Fórum da Cimeira África – Índia, realizada em Adis Abeba, em Maio de 2011.

33. Contudo, note-se que as consultas estavam em curso para seleccionar o local de implantação dos institutos que serão financiados pela Índia.

34. O Subcomité recomenda o seguinte:

- Saudar a assinatura do Plano de Acção do Quadro de Cooperação Reforçada da 2ª Cimeira do Fórum África – Índia, referente ao período 2011-2014;
- Manifestar preocupação sobre a demora na conclusão das consultas relativas aos restantes Institutos a ser criados em África;
- Apelar aos Estados-membros da UA e à Comissão da União Africana a concluírem as consultas para a criação dos restantes Institutos;
- Solicitar aos Estados-membros da União Africana a acolher estes Institutos, de modo a garantir a conformidade com o Memorando de Entendimento assinado com a Índia;
- Apelar à criação de um Grupo de Trabalho Conjunto para acelerar a implementação de programas e projectos contidos no Plano de Acção dentro do prazo acordado.

PROJECTO DE DOCUMENTO DA POSIÇÃO AFRICANA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO DIÁLOGO África-UE (Rev4)

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

PROJECTO DE

DOCUMENTO DA POSIÇÃO AFRICANA

SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO DIÁLOGO África-UE (Rev4)

Dezembro de 2013

PREÂMBULO

O diálogo África-UE, iniciado em Abril de 2000, tornou-se numa parceria com a adopção da Estratégia Conjunta África-UE (JAES) na Cimeira de Lisboa de Dezembro de 2007. A estratégia conjunta é o quadro global para as relações entre os dois continentes, e a este respeito, marcou uma mudança nas suas relações. Com base nos princípios da unidade Africana, a interdependência entre a África e a Europa, a propriedade e a responsabilidade conjunta, esta estratégia visava dar um novo impulso às relações África-UE, colocando mais ênfase na dimensão política das relações entre as duas partes. No entanto, em quase sete anos após a adopção desta Estratégia, a Parceria África – UE sofreu cepticismo.

Neste sentido, a próxima 4ª Cimeira África-UE prevista para o início de Abril de 2014, na Bélgica, dá uma oportunidade para a África e a União Europeia reflectirem juntamente na íntegra, sobre onde a sua parceria está hoje, o seu conteúdo e o seu valor acrescentado, a sua implementação - incluindo os desafios associados com o financiamento e o envolvimento dos intervenientes, a sua relevância para as realidades e prioridades actuais de África, e o seu futuro como um todo.

Com isto em mente, a Comissão da União Africana (CUA), em Junho de 2013, convocou uma sessão de debate de ideias dos Intervenientes Africanos fundamentais para reflectirem sobre como eles previam o futuro dessa relação. A reunião, que foi realizada de 10 a 13 de Junho de 2013 em Zanzibar, Tanzânia, contou com a presença de 15 Estados-membros do comité de acompanhamento do Diálogo África-UE, das CER, da Sociedade Civil, dos respectivos departamentos da Comissão da UA, incluindo a Missão Permanente da UA junto da Bruxelas. A reunião realizou uma análise minuciosa de como se realizou o actual plano de acção no âmbito da JAES, através duma análise dos Pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT), e assim, fez recomendações claras sobre o caminho a seguir. As recomendações, sem dúvida, reflectiam a realização dos intervenientes africanos, de que este é o tempo para fazerem as coisas acontecerem se estes quiserem beneficiar-se desta parceria de igual forma que estão a beneficiar-se com outras parcerias.

A reunião de seguimento do Comité sobre o diálogo África-UE realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, a 28 de Junho de 2013, onde os Estados-membros aprovaram por unanimidade as prioridades, as disposições institucionais/Arquitectura da Estratégia Conjunta e foi igualmente adiante e analisou os mecanismos de financiamento e de coordenação que poderiam ser postos em prática para garantir uma estratégia firme e o seu plano de acção.

O presente documento apresenta a posição de África no que diz respeito ao futuro da parceria.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

A presente secção apresenta a proposta de África sobre as futuras prioridades da parceria *vis-a-vis* as propostas da UE.

Áreas de Parceria Prioritárias nos termos do actual Plano de Acção 2011-2013	**Áreas de Parceria Prioritárias para o próximo Plano de Acção 2014-2016 <u>Propostas Africanas</u>**	**Áreas de Parceria Prioritárias para o próximo Plano de Acção 2014-2016 <u>Proposta Europeia</u>**
1. Paz e Segurança	1. **Paz e Segurança**	1. Paz, Democracia e Direitos Humanos
2. Governação e Direitos Humanos	2. **Democracia, Boa Governação**, Direitos Humanos e Cooperação Cultural	2. Sustentabilidade e Crescimento Inclusivo
3. Comércio, Integração Regional e Infra-estruturas	3. **Integração Continental** por meio de Projectos de Desenvolvimento de Infra-estruturas acelerados, Energia, Industrialização, Investimento e Promoção do Comércio Intra-africano liderado pelo Sector Privado	3. Abordagem de Questões Globais
4. ODM	4. **Desenvolvimento sustentável e inclusivo e questões emergentes** (por exemplo, questões globais e emergentes, incluindo as negociações sobre as alterações climáticas, Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, Produção Agrícola, Auto-suficiência Alimentar, Meio Ambiente e Gestão de Recursos Naturais, Crises Financeiras e Migração e Mobilidade)	
5. Energia	5. **Desenvolvimento do Capital Humano** com destaque na Saúde, Ciência e Tecnologia, Mulher, Juventude, Educação, Desenvolvimento de Competências, Água e Saneamento	
6. Alterações Climáticas		
7. Migração, Mobilidade e Emprego		
8. Ciência, Sociedade da Informação e Espaço		

A parte africana é de opinião que o que é necessário para esta parceria é uma estrutura de acompanhamento clara e gerenciável. Após longas discussões, a parte africana concordou em manter as Cimeiras, que continuarão a ser realizada a cada 3 anos; os fóruns técnicos conjuntos, como as Reuniões entre as Comissões e o Grupo de Trabalho Conjunto, que provaram ser bem-sucedidas. As Organizações da Sociedade Civil (OSC), sector privado, reuniões consultivas inter-parlamentares e outras reuniões consultivas, realizadas sob solicitação, irão igualmente continuar.

As únicas estruturas conjuntas com alterações propostas são os **Diálogos a nível Ministerial e os Grupos de Peritos Conjuntos (JEG).**

A. Grupos de Peritos Conjuntos (JEG)

Nos termos do actual Plano de Acção (2011-2013), a parceria teve oito áreas prioritárias e, consequentemente 8 JEG informais que fazem o acompanhamento da implementação dos projectos/programas em cada uma das 8 áreas temáticas. Portanto, segue-se que o número final de prioridades acordado irá igualmente determinar o número de JEG a serem retidos.

A parte da UE quer interromper os JEG e propõe reuniões técnicas sectoriais entre as diferentes instituições/departamentos das duas partes. Isso vai excluir totalmente a participação dos Estados-membros. Portanto, a parte africana é de opinião que os JEGs devem ser mantidos.

Recomendação:

- Portanto, a parte africana, é de opinião que os JEG devem ser mantidos, mas devem igualmente ser reforçados e se tornar fóruns formais com um mandato mais amplo, funcionando como braços de assessoria e implementação das outras estruturas da Estratégia Conjunta.

- A adesão aos JEG deve ser baseada na representação regional e a sua rotação de adesão deve estar alinhada com o ciclo da Cimeira.

B. Reuniões a Nível Ministerial

No passado, havia uma Troika Ministerial, na qual África foi representada pelos Ministros do Actual Presidente da União, o Presidente anterior e a CUA. A parte da UE foi representada pelo Ministro da UE que exerce a Presidência, a Presidência anterior e a Comissão Europeia. No entanto, desde a aprovação do Tratado de Lisboa, a representação por parte da UE foi substituída pelo Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). Isso criou um desequilíbrio no número de membros em representação e, como resultado, o diálogo Ministerial não foi realizado desde 2010.

Tanto a parte africana como a da UE concordam em manter as reuniões a nível Ministerial. No entanto, o SEAE continuará a representar a parte da UE e esta é de opinião que as Reuniões Ministeriais não devem ser reuniões regulares, mas sim reuniões esporádicas que podem ser realizadas à margem de outros grandes fóruns internacionais. A parte africana reitera que as Reuniões a Nível Ministerial no passado mostraram-se eficazes e que muitas das realizações mais bem-sucedidas da parceria, como a criação do Mecanismo Africana de Paz, tiveram origem a partir deste fórum.

Recomendação

Portanto, as Reuniões a Nível Ministerial devem ser reforçadas e realizadas anualmente entre os Co-Presidentes dos JEGs, a nível ministerial.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO DA ESTRATÉGIA CONJUTA

A falta de financiamento é um dos principais motivos da baixa taxa de execução registada nesta parceria.

Actualmente, o Orçamento da Estratégia Conjunta é atribuído a partir do quadro ACP-UE (FED). Isso tem impacto negativo sobre a sustentabilidade e previsibilidade do orçamento.

Recomendação

1. A parte africana recomenda que, no âmbito do Programa Pan-Africano (PAP)/Mecanismo de Integração, a Estratégia Conjunta deve ter seu próprio mecanismo de financiamento específico. O Programa Pan-Africano (PAP)/Mecanismo de Integração é um mecanismo financeiro que está a ser criado pela UE para implementar a Estratégia Conjunta;

2. África e a União Europeia devem ter papéis iguais na concepção e implementação de qualquer mecanismo de financiamento, incluindo o Programa Pan-Africano (PAP)/Mecanismo de Integração;

3. De acordo com a Estratégia Conjunta, em princípio, tanto África como a UE são incentivados a fazer contribuições financeiras para facilitar a implementação dos projectos/programas da parceria.

QUESTÕES DA CIMEIRA

I. Tema da Cimeira

Foi acordado pelos dois lados, a África e a EU, que o Tema da Cimeira é: “ Investir para a Prosperidade e Paz dos Povos”

II. Composição do Comité de Direcção e da Equipa de Redacção

Durante os preparativos para a 3ª Cimeira África-UE, realizada na Líbia em 2010, os membros do Comité de Acompanhamento do Diálogo Africano-UE representaram África no Comité de Direcção da Estratégia Conjunta África-UE[1]. É de recordar que as actividades preparatórias, que foram realizadas pelo Comité de Direcção em preparação para a 3ª Cimeira África-UE em 2010, foram analisadas e aprovadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo durante a sua 15ª Sessão Ordinária realizada em Kampala (Uganda), em Julho de 2010.

Recomendação

Recomenda-se que África aplique a mesma fórmula como a de 2010 e indique os membros do Comité de Acompanhamento do Diálogo Africano-UE para representar o continente no Comité de Direcção da Estratégia Conjunta África-UE. Recomenda-se ainda que o Presidente do Subcomité do CRP de Cooperação Multilateral e a Comissão sejam incluídos nessa composição.

Caso a presente Recomendação seja aceite, então os membros do Comité de Direcção serão: Argélia, Burkina Faso, Egipto (sob sanção), Etiópia, Gabão, Quénia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saharaui Democrática, Senegal, África do Sul, Sudão, Tunísia, Zâmbia, Chade (como Presidente do Subcomité do CRP de Cooperação Multilateral) e a Comissão.

III. Documentos Finais e de Trabalho da Cimeira:

O Comité de Direcção pode apresentar propostas sobre os documentos finais e de trabalho. Actualmente, foram feitas as seguintes propostas para os documentos finais e de trabalho, de acordo com as práticas do passado:

- Declaração de Bruxelas
- 3º Plano de Acção
- Relatório de Actividades Conjunto

[1] O mandato do Comité de Direcção é o de preparar a Cimeira e deixará de existir logo que a Cimeira termine.

RELATÓRIO DA V CIMEIRA SOBRE TICAD

Yokohama, Japão, 1 - 3 de Junho de 2013

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5525849 Fax: (251-11) 5525855

Website: www.África-union.org

RELATÓRIO DA V CIMEIRA SOBRE TICAD

Yokohama, Japão, 1 - 3 de Junho de 2013

INTRODUÇÃO

1. Cumpre recordar que o processo relativo à Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD) foi lançado em 1993, por iniciativa do Governo do Japão. A TICAD centrou-se na cooperação bilateral com vários projectos em diferentes áreas, mas desde que a Comissão da União Africana passou do estatuto de Observador para Co-organizador, tem envidado esforços no sentido de fazer com que o processo da TICAD seja mais do que uma cooperação bilateral e envolvê-la na implementação de projectos continentais. As Conclusões da Reunião de Altos Funcionários realizada em Ouagadougou, de 15 a 17 de Novembro de 2012, realçaram claramente que o lado africano tinha chegado a um consenso, particularmente para dar uma nova visão à parceria, através de melhor coordenação de todos os actores da parte africana, nomeadamente, a Comissão da União Africana e a NEPAD, em cooperação com o Subcomité do CRP para a Cooperação Multilateral e o Corpo Diplomático Africano em Tóquio.

2. A sinergia desenvolvida através desta cooperação contribuiu para a preparação do Projecto Preliminar de documentos que tomou em conta as prioridades de África.

3. Graças ao trabalho de preparação levado a cabo durante a reunião Ministerial realizada em Adis Abeba e as intensas negociações com o Japão, a Cimeira alcançou um progresso bastante assinalável no processo de cooperação entre África e o Japão.

4. As discussões que tiveram lugar durante as várias sessões da Cimeira centraram-se em temas da actualidade e pertinentes sobre o desenvolvimento de África e permitiram aos Chefes de Estado e de Governo apresentar as posições de África de uma forma coordenada e solicitar, de forma sigilosa, apoio dos vários parceiros presentes para África e os seus programas de desenvolvimento.

5. Esta cimeira tornou possível mostrar a coesão de África que falou em uníssono e apresentou as suas prioridades e visão para o futuro, de uma maneira coerente e consistente. O Actual Presidente, Sua Excelência Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia, co-presidiu as sessões plenárias da Cimeira com a sua contra-parte, Sua Excelência Primeiro-Ministro do Japão e mencionou claramente a posição de África sobre o rumo a seguir sobre o desenvolvimento da Cooperação Afro-Japonesa, no âmbito da TICAD.

6. A Comissão da União Africana, representada pela Presidente, a Dr.ª Dlamini Zuma, com a participação de três Comissários e o Secretário Executivo da Agência da

NEPAD, desempenhou um papel de liderança como principal Co-organizadora e dirigiu as negociações com o lado japonês e outras partes interessadas.

7. A cimeira também contou com a participação do sector privado que manifestou interesse particular em investir e desenvolver actividades comerciais em África. A Sociedade Civil também participou na reunião.

I. PROJECTO DE DECLARAÇÃO DE YOKOHAMA DE 2013

8. Recorde-se que o Governo Japonês havia tomado a iniciativa de elaborar os documentos iniciais da Cimeira, um Projecto de Declaração e um Projecto de Plano de Acção. A União Africana fez as suas observações e preparou um Projecto de Declaração consolidado, tomando em conta os comentários feitos pelo Corpo Diplomático Africano em Tóquio, a Agência da NEPAD e os outros co-organizadores.

9. A União Africana reintroduziu todos os elementos que tinham sido omitidos pelo parte japonesa no projecto do texto sobre a Declaração de Yokohama, e o Plano de Acção referente ao período 2013-2017, especialmente os programas de referência da UA, nomeadamente: CAADP, PIDA, AIDA e o papel da Comissão da UA como Co-organizadora do processo da TICAD.

10. Os co-organizadores, com a excepção do Japão, concordaram em retirar a nova proposta japonesa da "Estratégia para um crescimento com baixas emissões de carbono e desenvolvimento resistente às alterações climáticas".

11. O lado africano realçou a necessidade de fazer consultas com os órgãos técnicos relevantes dentro da Comissão da UA, AMCEN e outros órgãos da União Africana.

12. A reunião ministerial realizada de 15 a 16 de Março de 2013, em Adis Abeba, adoptou uma Posição Comum sobre o Projecto de Declaração após a supressão das diferenças entre os lados japonês e africano, sobre as seguintes questões:

(i) Mecanismos de Acompanhamento

13. A Comissão da União Africana, na qualidade de entidade co-organizadora, solicitou que o seu papel seja reconhecido no Mecanismo de Acompanhamento e foi criado um secretariado conjunto de co-organizadores. Depois de profundas discussões, a parte japonesa aceitou a proposta da parte africana. Numa preocupação de concisão e respeito à natureza política do Projecto de Declaração, decidiu-se que o Mecanismo de Acompanhamento fosse tomado em conta no Projecto de Plano de Acção, conforme a proposta da parte africana.

(ii) Princípio de Rotação

14. A proposta da parte africana de se aplicar o princípio de rotação para as reuniões da TICAD, incluindo as Cimeiras, de acordo com as práticas e as normas que regulam a gestão de parcerias estratégicas da União Africana, fez com que houvesse objecções da parte japonesa, o qual insistiu em manter o ponto de situação, argumentando que a TICAD, do ponto de vista da parte japonesa, foi uma Conferência Internacional organizada pelo Japão para a Áfricam, e não seguiu os habituais critérios de parceria.

15. Após prolongadas discussões, o Japão aceitou com alguma relutância a proposta da União Africana de aplicar o princípio de rotação para todas as reuniões conjuntas, incluindo as Cimeiras.

II. PROJECTO DE PLANO DE ACÇÃO

16. O Projecto de Plano de Acção foi analisado para alinhá-lo com o Projecto de Declaração. O Projecto Preliminar foi preparado pelo lado japonês e com contribuições dos departamentos técnicos da Comissão da UA, Corpo Diplomático Africano em Tóquio, Agência da NEPAD e os co-organizadores, com propostas específicas nas diferentes áreas de cooperação.

17. As diferentes áreas de cooperação acordadas no Projecto de Plano de Acção são as seguintes:

i) Promoção do crescimento económico;
ii) Aceleração do desenvolvimento de infra-estruturas e capacitação;
iii) Capacitação de agricultores como principais actores de desenvolvimento económico;
iv) Construção de uma sociedade inclusiva para o crescimento;
v) Consolidação da paz, estabilidade, democracia e boa governação.

III. PROGRESSO

18. O Governo Japonês confirmou a sua vontade, nesta ocasião, de prestar mais apoio à África, realçando as duas áreas abaixo indicadas:

i) Fortalecimento do crescimento de África através do comércio e investimento do sector privado,
ii) Promoção da "segurança humana " através de um programa de assistência do Governo Japonês.

19. Este pacote integrado, acrescido ao montante de cerca de 32 biliões de $EU para os próximos 5 anos, incluindo 14 biliões da ODA, é distribuído entre os sectores,

da seguinte forma: Comércio e Indústria (2 Milhões de $EU), Infra-estruturas (605 Milhões de $EU), Recursos Humanos (capacitação para 30,000 pessoas), Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Alterações Climáticas (2 Milhões de $EU), Educação e Género, Saúde (0.5 Milhões de $EU), etc.

20. Este pacote, que é bastante substancial, é apresentado com detalhe no formato da matriz que também inclui contribuições dos outros parceiros, e, das diferentes Organizações Internacionais que prestam apoio à implementação do programa da NEPAD.

21. A Declaração adoptada pela Conferência Ministerial foi endossada pela Cimeira sem alterações, incluindo os princípios de rotação e o Secretariado Conjunto.

22. O Plano de Acção foi, igualmente, adoptado após a inclusão de acções e programas mais detalhados.

23. A Comissão reforçou a sua posição nesta Cimeira como co-organizadora, mas também como um interveniente fundamental na implementação de políticas e directrizes do processo da TICAD e na implementação dos seus programas e objectivos.

IV. CONCLUSÃO / RUMO A SEGUIR

24. Para orientação e apoio à preparação e implementação dos vários resultados das parcerias, nomeadamente o Plano de Acção da TICAD V, as lições aprendidas pela CUA no processo da TICAD V são as seguintes:

25. A parceria deve ser desenvolvida em linha com o Plano Estratégico da CUA, em conformidade com os princípios de benefício mútuo.

26. Os quadros das prioridades de desenvolvimento da União Africana (PIDA, CAADP, AIDA, CARMMA, etc.) foram citados como sendo uma referência fiável das acções da UA para desenvolver o continente. A Cimeira da TICAD V apresentou uma recomendação para apoiar a sua implementação. Ademais, os objectivos do Plano de Acção da TICAD V estão inclusos nas oito áreas prioritárias do Plano Estratégico da CUA para o período 2014 – 2017. Portanto, está claro que como rumo a seguir, deve-se desenvolver uma estratégia para garantir uma participação eficaz e coerente, consistente e meticulosa das partes interessadas africanas na implementação dos resultados da TICAD V. Em particular, os Departamentos e Unidades da CUA devem integrar nos seus próximos planos anuais de actividades a identificação, planificação e implementação de actividades relacionadas com as áreas principais para cada um dos seis objectivos do Plano de Acção da TICAD V, que são pertinentes para as suas respectivas missões e mandato.

27. Sobre a situação prevalecente no Mali e na região do Sahel, apela-se a todas as partes a cumprirem com as decisões tomadas pelo CPS da UA.

28. A CUA e a Agência da NEPAD devem levar a cabo uma “Exposição” na implementação de programas de referência tais como PIDA e CAADP, com vista a atrair a participação de investidores japoneses no sector privado.

29. Abordar de forma concreta a necessidade de criar um ambiente de negócio favorável e seguro, com vista a atrair o sector privado japonês e de outros países em África.

30. Reforçar a cooperação na arena internacional, garantir a consolidação e melhoria da coordenação de posições comuns no sistema das Nações Unidas, G8 e G20, bem como outros fóruns internacionais legítimos.

31. Todos os Departamentos da UA devem ser instruídos a definir e preencher o Quadro de Matriz para a implementação do Plano de Acção de Yokohama para o período 2013 - 2017.

32. Elaborar, com a maior brevidade possível, um programa de reuniões e contactos a todos os níveis, com as contra-partes japonesas e outros parceiros para especificar e apresentar detalhes sobre as várias acções programadas no âmbito do Plano de Acção, com vista a garantir a sua implementação dentro do prazo e de uma forma coordenada.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Relatório Do Subcomité De Cooperação Multilateral Do Crp Maio A Dezembro De 2013

União africano

União Africano

http://archives.au.int/handle/123456789/4058

Downloaded from African Union Common Repository